



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

### ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 11 e 12 DE NOVEMBRO DE 2021

1 Nos dias onze e doze de novembro de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi  
2 realizada a 26ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.  
3 Estiveram presentes os conselheiros e conselheiras: Dia 11: Everaldo Bezerra Patriota (CEDDH);  
4 Yuri Michael Pereira Costa (DPU/CNDH); Eneida Canedo Guimarães dos Santos (UBM); Darci  
5 Frigo (DHESCA BRASIL); Márcia Regina Ribeiro Teixeira(CNPG); Sandra Maria da Silva  
6 Andrade (CONAQ); Sávio Luciano de Andrade Filho (MJSP); Karoline Aires Ferreira Vasconcelos  
7 (MMFDH); Lucileine da Silva Souza (Enegrecer); Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
8 (SPGR-PFDC-MPF); Marcelo Chalhéo (OAB); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Virginia Dirami  
9 Berriel (CUT); Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB); Joselito de Araújo Sousa (PF); Mônica de  
10 Alkmim Moreira Nunes (MNDH BRASIL); Rogério Giannini (CNDH/CFP); Ayala Lindabeht Dias  
11 Ferreira (Casa Brasileira); Getúlio Vargas de Moura Júnior (CONAM/CNDH); Maria das Graças  
12 Bezerra (ANCED); Eduardo de Carvalho Mota (MNMMR); Matheus Moreira e Silva de Aracoeli  
13 (MRE). Dia 12: Rogério Giannini (CNDH/CFP); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Marcelo Chalhéo  
14 (OAB); Yuri Michael Pereira Costa (DPU/CNDH); Sandra Maria da Silva Andrade (CONAQ);  
15 Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB); Everaldo Bezerra Patriota  
16 (CEDDH); Maria das Graças Bezerra (ANCED); Vivian Oliveira Mendes (UNISOL BRASIL);  
17 Lucileine da Silva Souza (Enegrecer); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Karoline Aires Ferreira  
18 Vasconcelos (MMFDH); Eneida Canedo Guimarães dos Santos (UBM); Getúlio Vargas de Moura  
19 Júnior (CONAM/CNDH); Márcia Regina Ribeiro Teixeira (CNPG); Gabriel Saad Travassos do  
20 Carmo (DPU/CNDH); Sávio Luciano de Andrade Filho (MJSP); Carlos Alberto Carvalho de

21 Vilhena Coelho (SPGR-PFDC-MPF). **Abertura da 26ª Reunião Extraordinária – Presidente**  
22 **Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa iniciou a reunião cumprimentando a todos e  
23 desejando boas-vindas aos conselheiros e conselheiras e às pessoas que estão acompanhando a  
24 reunião pelas redes sociais. **Informes e Orientações Gerais – Presidente Yuri Costa:** Dando  
25 sequência, iniciou apresentando as novas representações dos órgãos públicos no Conselho Nacional  
26 dos Direitos Humanos, ressaltou o destaque dos órgãos públicos pois o CNDH necessita de uma  
27 presença constante no fórum e registrou a relevância de uma característica desses elementos de  
28 força presente com uma diversidade e diferença de visões e inclui as pautas e decisões que serão  
29 manifestadas. Discorreu sobre a alteração do Ministério da Justiça e Segurança Pública  
30 apresentando como Conselheiro titular o Sr. Sávio Luciano e como Suplente o Sr. Rafael Rocha. O  
31 Presidente Yuri Costa, manifestou a satisfação em recebe-los e registra que sempre existiu uma  
32 necessidade de diálogo entre o CNDH e o órgão e que independentemente da excelente relação que  
33 possui com o ministério, compõe o quadro. O Conselheiro Sávio Luciano, registrou sua satisfação  
34 em integrar ao colegiado, de extrema importância para a promoção e defesa dos direitos humanos e  
35 expressou sua motivação para auxiliar nas ações do CNDH. O Presidente Yuri Costa, prosseguiu  
36 registrando uma representação na maioria da Câmara dos Deputados, que como novo conselheiro  
37 apresentou o Deputado Pastor Eurico do Patriota de Pernambuco e registrou as boas-vindas.  
38 Comunicou o novo representante do Ministério Público Federal, o Subprocurador Geral da República  
39 e Procurador Geral dos Direitos do Cidadão o Sr. Carlos Vilhena, justificou sua ausência no início  
40 da reunião e manifestou a satisfação de tê-lo no CNDH. Seguiu revelando a alteração na Secretaria  
41 Nacional de Proteção Global (SNPG) no Conselho Nacional dos Direitos Humanos, citou a  
42 Conselheira Karolina Aires e o Conselheiro Eduardo Miranda e registrou assumindo como  
43 Secretária Nacional de Produção Global a Sra. Mariana Neris. A Conselheira Karolina Aires  
44 justificou sua ausência. O Presidente Yuri Costa, prosseguiu desejando boas vindas e presumiu um  
45 fluxo diferenciado na organização do regimento interno para esses novos ingressos. Ressaltou a  
46 saída da Assessora técnica na Secretaria Executiva do CNDH a Sra. Débora Pinheiro, exaltou seu  
47 trabalho de qualidade e dedicação, observou o trabalho de relevância dos outros servidores ao  
48 CNDH e registrou publicamente essa despedida com gratidão ao que desenvolveu e continuará  
49 desenvolvendo no Serviço Público Federal. Registrou a Missão em Boa Vista (RR) em respeito aos  
50 direitos humanos dos migrantes e refugiados vindos da Venezuela, onde citou a estadia de quatro  
51 dias nessa missão e que futuramente será feito o devido registro da mesma, que considerou um

52 marco do retorno de missões presenciais do CNDH, citou uma outra em Jacarezinho (RJ),  
53 parcialmente presencial com a presença da Conselheira Virginia Dirami Berriel, que concordou  
54 fazer esse registro na pauta da comissão. O Presidente Yuri Costa, discorreu registrando uma  
55 reunião que aconteceu no dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte um, sendo a primeira  
56 reunião híbrida da mesa diretora e observou que serviu como teste para verificar a viabilidade desse  
57 formato. Alertou sobre a pauta do plenário articulada para o mês de dezembro, sendo a próxima  
58 reunião plenária. Analisou sua produtividade, organização e cumprimento das normas sanitárias.  
59 Ressalvou sobre uma pauta específica de debate que acontecerá no período da tarde, de quatorze até  
60 as dezesseis horas, informou que caso houver alguma pauta emergencial ou a continuidade da pauta  
61 plenária, acontecerá a partir das dezoito horas. Sinalizou que destacou a pauta, das quatorze as  
62 dezesseis horas, onde acontecerá o debate de “*Defesa da Democracia e Direitos Humanos: a*  
63 *experiência do Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes (GIEI) para Bolívia*” e citou  
64 como convidado Sr. Marlon Alberto Weichert, Procurador Regional da República do Ministério  
65 Público Federal e reforçou o convite a todos os conselheiros e conselheiras a participar do debate. O  
66 Conselheiro Marcelo Chalréo, complementou justificando sua ausência ao final da manhã da  
67 reunião do dia doze de novembro de dois mil e vinte e um, devido a conflitos de reuniões. Apontou  
68 questões sobre a PEC dos Precatórios, que foi aprovado recentemente na Câmara Federal para o  
69 Senado e citou que nove entre dez advogados e advogadas do país manifestaram-se contra essa  
70 medida em função da representatividade em termo de perda na questão de cumprimento de pena por  
71 parte da União e solicitou uma manifestação por parte do CNDH aos senadores da república, no  
72 sentido de que essa PEC não seja aprovada. Justificou o impacto dos imensos prejuízos para a  
73 sociedade brasileira e inclusive aos credores alimentares no recebimento de seus créditos. Relatou  
74 sobre uma audiência pública tratando-se de grilagem, desmatamento e violações de direitos  
75 humanos no MATOPIBA. O Presidente Yuri Costa, registrou a presença da representante da União  
76 Europeia. O Vice-Presidente Darci Frigo, solicitou a confirmação de uma pauta específica. O  
77 Presidente Yuri Costa, constatou a relevância das pautas, sendo o contexto das dezesseis horas para  
78 os debates mais aprofundados, caso não haja oposição. O Vice-presidente Darci Frigo, solicitou a  
79 secretaria para que o link da reunião fosse enviado para as pessoas que farão nota técnica para a  
80 participação da reunião. O Presidente Yuri Costa, avançou alertando ao Conselheiro Marcelo  
81 Chalréo, sobre a proposta de uma nota a respeito dos precatórios, sugeriu que faça uma Nota  
82 Técnica para que todos apreciem o teor do documento. O Conselheiro Marcelo Chalréo, aceitou

83 fazer o registro da Nota, que será relatada a todos os presentes. O Conselheiro Matheus Aracoeli,  
84 advertiu que o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas está com um prazo em aberto  
85 para dez procedimentos especiais, aos quais três são de interesse público e indicou informações  
86 mais detalhadas no chat. A Conselheira Eneida Santos, iniciou agradecendo a oportunidade e a  
87 todos os presentes. **Referendum de Recomendação nº 41, de 18 de outubro de 2021, do**  
88 **Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, que recomenda a rejeição da modificação**  
89 **ao Projeto de Lei do Congresso Nacional Nº16/2021, que reduziu em 87% o orçamento**  
90 **destinado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações (MCTI) – Presidente Yuri Costa:**  
91 Apresentada a referida Recomendação, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se  
92 haveria alguma consideração. Não havendo, colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por  
93 maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, MNDH, CONAQ, UBM,  
94 CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, ANCED, DPU. Abstencões: MMFDH, MRE,  
95 MJSP, PF. **Referendum de Notas Públicas do Conselho Nacional dos Direitos Humanos -**  
96 **CNDH: (i) Nota Pública CNDH nº 23/2021, de repúdio ao tratamento conferido pelo Governo**  
97 **Federal ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) – Processo SEI**  
98 **00135.223308/2021-39 - Presidente Yuri Costa:** Apresentada a referida Nota, o Presidente Yuri  
99 Michael Pereira Costa questionou se haveria alguma consideração. A Conselheira Mariana Neris,  
100 manifestou-se e informou que o Ministério Público produziu uma Nota pública em resposta a essa  
101 temática e solicitou a citação antes da votação. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, discordou  
102 da proposta da Conselheira Mariana Neris, e sinalizou questão de ordem. Afirmou que não há  
103 previsão regimental em que se possa contrapor uma Nota a outra e seguiu afirmando que a Nota  
104 técnica mencionada pela Conselheira Mariana Neris é do MFMDH, e alegou que a mesma já foi  
105 manifestada e publicada. A Conselheira Mariana Neris, informou que a Nota será referendada, mas  
106 pertinente ao tema abordado. A Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira, interagiu concordando  
107 com o Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, mas julgou pertinente a leitura do documento da  
108 Conselheira Mariana Neris, deixando a aprovação a cargo do presidente. O Presidente Yuri Michael  
109 Pereira, concordou com a leitura do documento, observou a questão de ordem apresentada pelo  
110 Conselheiro Everaldo Patriota considerando de grande valia e salientou que não haveria debate  
111 sobre modificações. Solicitou aos conselheiros e conselheiras que almejem contrapor o ato que  
112 será referendado, que se pronunciem com suas alegações. Informou que não haveria leitura de  
113 Notas Públicas do CNDH durante um *Referendum*, pois todos possuem o documento previamente

114 disponibilizado em seu poder, sendo responsabilidade do conselheiro e conselheira a sua leitura. O  
115 Conselheiro Everaldo Patriota, retirou a questão de ordem. O Presidente Yuri Costa, colocou a Nota  
116 prevista em processo de votação com a retirada da questão de Ordem do Conselheiro Everaldo  
117 Patriota, e permitiu a breve leitura da Nota Pública propiciada pela Conselheira Mariana Neris  
118 durante seu voto. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, impugnou objeções. Não havendo,  
119 colocou a proposta em processo de votação, sendo aprovada por maioria, com o registro dos  
120 seguintes votos favoráveis: CEDDH, CNPG, MMDH, CONAQ, UBM, CUT, ANAB, DHESCA  
121 BRASIL, MNMMR, CFP, DPU, FNDC. Abstenção: MMFDH, MRE, MJSP, PF. **Referendum do**  
122 **Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, referente a um parecer de admissibilidade**  
123 **apresentado pela Comissão de Litigância e Estratégica do CNJ de ADI nº 6852, quanto a ação**  
124 **direta de inconstitucionalidade proposta pela Procuradoria Geral da República - Presidente**  
125 **Yuri Costa:** Apresentado o referido parecer, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se  
126 haveria alguma observação a ser realizada. Não havendo observações, o parecer foi aprovado por  
127 unanimidade, estando presentes: CEDDH, CNPG, MMDH, CONAQ, UBM, CUT, ANAB,  
128 DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, DPU, FNDC, MMFDH, MRE, MJSP, PF. **Programação do**  
129 **calendário de Eventos para o Ano de 2022 – Presidente Yuri Costa – O Presidente Yuri Michael**  
130 **Pereira Costa**, deliberou a proposta de dois momentos de planejamento de eventos para o próximo  
131 semestre e apresentou o calendário arquitetado. Enfatizou que o mesmo é para fins de planejamento.  
132 Alertou sobre o acúmulo de eventos no segundo semestre de dois mil de vinte e um, que concluiu  
133 ser inviável para o andamento do trabalho da Secretaria Executiva, devido a suas inúmeras  
134 atribuições. Salientou que o calendário não exclui a realização de eventos emergenciais e que, caso  
135 haja, deverão ser passados a Mesa Diretora. Complementou com a apresentação de um formulário  
136 elaborado pela Secretaria Executiva para organização e formalização de eventos. Afirmou que o  
137 mesmo foi repassado para as outras comissões para o devido preenchimento. Sinalizou ao pleno a  
138 apreciação do formulário para usufruir como base nas organizações do CNDH em eventos futuros.  
139 O Conselheiro Marcelo Chalhó, pontuou a inserção do item “evento emergencial” no formulário  
140 em campo específico. Complementou a paupérie de um espaço ao final dos tópicos tratados para a  
141 inserção de informações que podem ser de caráter pertinente para auxílio da Secretaria Executiva ou  
142 a Mesa do Conselho. O Conselheiro Leandro Scalabrin, sugeriu a alteração na data do calendário do  
143 segundo semestre para eventos temáticos. **Referendum para ampliação na data do calendário do**  
144 **segundo semestre para até 10 de dezembro de 2021 – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri

145 Michael Pereira Costa, colocou em votação e questionou ao pleno se há oposição a solicitação do  
146 Conselheiro Leandro Scalabrin, para alteração no calendário. Não havendo observações, o parecer  
147 foi aprovado por unanimidade, estando presentes: CEDDH, CNPG, MMDH, CONAQ, UBM, CUT,  
148 ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, DPU, FNDC, MMFDH, MRE, MJSP, PF. O  
149 Presidente Yuri Michael Pereira Costa, solicitou o registro para a Secretaria e o envio de e-mail  
150 complementar tratando da devida alteração, mantendo o calendário de maio como anunciado e sem  
151 alterações. O Vice-Presidente Darci Frigo, refletiu sobre infraestrutura para eventos, e a pertinência  
152 de prioridades dos mesmos pelas comissões para uma melhor atuação. Observou sobre a proibição  
153 de eventos externos durante as eleições do Conselho. O Sr. Ítalo Nonato, da secretaria executiva,  
154 apresentou um calendário para dois mil e vinte e dois, de forma temática e citou pontos específicos  
155 e importantes para sua elaboração. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, sugeriu que as  
156 questões da elaboração do calendário com pontos específicos a ser construído, seja pauta da mesa  
157 diretora no dia primeiro de dezembro e solicitou o registro. **Referendum de Memorando de**  
158 **entendimento que entre si celebram o CNDH, a PFDC, a DNDH e a Comissão de Direitos**  
159 **Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, com o objetivo de estabelecer consoante as**  
160 **competências e as atribuições de cada instituição e autoridade signatária, uma base**  
161 **cooperação entre os partícipes para promover a defesa da democracia no Brasil, com vistas a**  
162 **consolidação e ao fortalecimento de normas, instituições e procedimentos essenciais aos**  
163 **preceitos democráticos, e para garantir o gozo e a efetividade dos Direitos humanos no país –**  
164 **Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, arrazoou que essa é uma atuação  
165 elaborada pela mesa diretora, na tentativa de aproximar instituições em âmbito Nacional, que são  
166 referencias na Defesa do Direitos Humanos, construindo um espaço de cooperação. Especificou um  
167 termo que está na fase final de aprovação nas diferentes instituições citadas. Explanou a amplitude  
168 do termo devido a primícia originada de independência entre instituições. Lembrou que o termo não  
169 vincula, mas possibilita de maneira mais célere e mais articulada manifestações, quando necessário,  
170 relativo a ataque da democracia do país e especificou os Direitos Humanos. O termo foi apresentado  
171 aos Conselheiros e conselheiras no *Drive*. O Vice-Presidente Darci Frigo, pontuou ser um grande  
172 benefício para o CNDH. O Conselheiro Marcelo Chalhó, ressaltou a ausência da Comissão do  
173 Senado da República Federal no devido termo, pois realizam importantes atuações. O Presidente  
174 Yuri Michael Pereira Costa, sinalizou que não houve exclusão. Exaltou o Conselheiro Carlos  
175 Vilhena devido ao seu ingresso no colegiado e desejou boas-vindas. O Conselheiro Carlos Vilhena

176 saudou a todos e transmitiu sua satisfação de fazer parte do conselho e contribuir com o mesmo. O  
177 Presidente Yuri Michael Pereira Costa, colocou em votação e questionou ao pleno se há oposição  
178 ao parecer. Não havendo observações, o parecer foi aprovado por unanimidade, estando presentes:  
179 CEDDH, CNPG, MMDH, CONAQ, UBM, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP,  
180 DPU, FNDC, MMFDH, MRE, MJSP, PF. **Referendum do Termo de Referência do CNDH no**  
181 **projeto BRA/16/020 – Seguimento e implantação de compromissos Nacionais e Internacionais**  
182 **em Direitos Humanos Fortalecidos – (PRODOC/PNUD) apresentado pelo MMFDH –**  
183 **Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, ponderou que por ser um  
184 documento técnico solicita sugestões ou caso haja interesse, um maior prazo para leitura, mas será  
185 necessário referendar o mesmo. Exaltou a secretaria executiva pela elaboração de um documento de  
186 difícil construção. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, colocou em votação e questionou ao  
187 pleno se há oposição ao parecer. Não havendo observações, o parecer foi aprovado por  
188 unanimidade, estando presentes: CEDDH, CNPG, MMDH, CONAQ, UBM, CUT, ANAB,  
189 DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, DPU, FNDC, MMFDH, MRE, MJSP, PF. O Presidente Yuri  
190 Michael Pereira Costa, atentou sobre a realização de plenária nos dias oito e nove de dezembro de  
191 dois mil e vinte e um, na modalidade híbrida, assim como a realização no dia dez de dezembro de  
192 dois mil e vinte e um, de Ato Público, Encontro de conselheiros e conselheiras. Observou a  
193 deliberação do CNDH, em diferentes reuniões, a possibilidade do retorno de atos presenciais.  
194 Ressaltou as questões de cuidados e prevenção a saúde e sugeriu a plenária a reunião citada de  
195 forma híbrida. O Vice-Presidente Darci Frigo, corroborou sobre a reunião de Conselheiros e  
196 Conselheiras que acontecerá no dia dez de dezembro de dois mil e vinte e um e explanou que esse  
197 momento será para celebrar a democracia e os direitos humanos no país, de fazer a convergência do  
198 memorando aprovado e as falas de outros conselheiros com suas contribuições. O Presidente Yuri  
199 Michael Pereira Costa, complementou que será elaborada uma pauta específica para as datas  
200 citadas. Questionou aos conselheiros e conselheiras se existe alguma observação ou oposição  
201 relativo à pauta. A Conselheira Karolina Aires questionou em que momento haverá outras  
202 contribuições para a elaboração da pauta e como seria o processo. O Presidente Yuri Michael  
203 Pereira Costa, informou que é elaborada pela mesa diretora e que sugestões poderão ser enviadas  
204 por e-mail para contribuição na pauta. O Vice-Presidente Darci Frigo, sugeriu o pronunciamento de  
205 representações externas. O Coordenador-Geral Sr. Ítalo Nonato, demonstrou preocupação com  
206 algumas definições que não foram sanadas para o progresso da organização do Ato. O Conselheiro

207 Marcelo Chaleiro, enfatizou a necessidade de estipular uma data para apontamento de sugestões na  
208 organização e atividades do Ato. **Referendum para o prazo de contribuições e sugestões**  
209 **referente ao Ato do dia 10 de dezembro de 2021, com prazo final em 16 de novembro de 2021-**  
210 **Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, colocou em votação e  
211 questionou ao pleno se há oposição ao parecer. Não havendo observações, o parecer foi aprovado  
212 por unanimidade, estando presentes: CEDDH, CNPG, MMDH, CONAQ, UBM, CUT, ANAB,  
213 DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, DPU, FNDC, MMFDH, MRE, MJSP, PF. Ressaltou a  
214 importância do retorno às quatorze horas, agradeceu a todos, dando destaque aos interpretes de  
215 libras e sobresteve a 26º reunião extraordinária do Conselho Nacional de Direitos Humanos.  
216 **Período vespertino - Debate: “Defesa da Democracia e Direitos Humanos: a experiência do**  
217 **Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes (GIEI) para Bolívia” – presidente Yuri**  
218 **Costa. Convidado: Marlon Alberto Weichert, Procurador Regional da República do**  
219 **Ministério Público Federal:** O convidado Sr. Marlon Alberto Weichert, explanou sobre o que seria  
220 abordado em sua apresentação e salientou que teria origem a partir de acontecimentos antecedentes  
221 na política, em seguida sobre a criação e identificação do GIEI, sua metodologia, investigações,  
222 conclusões, recomendações do GIEI e reflexões pessoais. Ressaltou que não é mais membro do  
223 GIEI e que sua missão foi concluída. Iniciou lembrando a Eleição do MAS – Evo Morales, e  
224 ressaltou que representou uma ruptura no processo e a necessidade de elaborar uma nova  
225 constituição. Explanou sobre a constituição de dois mil e nove, considerou avanços devido a  
226 autonomia e direitos sobre a terra para os povos indígenas, sendo um estado plurinacional,  
227 reconhecendo todos os idiomas de povos indígenas e destacou o reconhecimento como oficial,  
228 sendo 37 línguas, além do Espanhol. Destacou a Wiphala, que foi reconhecida como símbolo do  
229 Estado com ênfase na democracia. Salientou o reconhecimento do Direito Internacional dos  
230 Direitos Humanos como parte do bloco de constitucionalidade, reconhecimento da jurisdição  
231 indígena e campesina e nacionalização da exploração de hidro carburantes. Alertou sobre o sistema  
232 de justiça, que foi um dos temas principais do relatório. Completou, relatando sobre os Órgãos  
233 Judiciais, Tribunal, magistrados e como é realizada a assembleia e mandatos. Ressaltou sobre o  
234 método de escolha do Procurador-Geral e tempo de mandato. Retornou ao tema da constituição  
235 citando art. 168 e desenvolveu um relato abordando as reeleições de Evo Morales, levando em  
236 consideração leis, decisões do tribunal e mudanças na constituição. O Sr. Marlon Alberto Weichert,  
237 questionou se o eleitor estava de acordo com a reforma do artigo 168 da Constituição Política do

238 Estado, para que o presidente (a) e vice-presidente (a) do Estado possa ser reeleito por duas vezes  
239 de forma contínua. Explanou todo o processo e como foi o desenvolvimento das reeleições de Evo  
240 Morales e citou o desencadeamento de uma crise eleitoral acompanhada de greves, reivindicações e  
241 manifestações. Relatou o agravamento da mesma, com insubordinações, violência, ameaças e  
242 renúncia da presidência e de outros cargos e prisões. Completou que, com isso, vieram as violações  
243 aos Direitos Humanos seguidos de massacres como os de Sacaba (Cbb) e Senkata (El Alto) e  
244 explanou sobre a nova presidenta, Janine Añez. Desenvolveu o relatório abordando sobre a criação  
245 e mandato do GIEI, onde a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), organizou uma  
246 visita de emergência devido a crise, e emitiu um relatório preliminar sobre as violações de direitos  
247 humanos. Discorreu que em dois mil e dezenove foi consolidada essa junção com objetivo de apoiar  
248 as investigações dos atos de violências e as violações dos direitos humanos ocorridos em Bolívia  
249 entre primeiro de setembro e trinta e um de dezembro de dois mil e dezenove. Enfatizou que o GIEI  
250 tinha um plano de atenção e reparação às vítimas, investigação criminal, inclusive fazer  
251 recomendações estruturais sobre temas de justiça. Seguiu especificando sobre a composição e  
252 seleção do GIEI, onde relatou a composição de cinco membros. Afirmou que a equipe técnica era  
253 composta por Secretário Executivo, advogados(a) investigadores, assessoria de comunicação,  
254 Consultores, apoio da Equipe de Antropologia e Arqueologia Forense (EAAF). Mencionou que o  
255 GIEI foi instalado em vinte e três de novembro de dois mil e vinte e o relatório lançado em  
256 dezessete de agosto de dois mil e vinte e um. Ressaltou que já existiu outros GIEI's, o primeiro foi  
257 no México (2014), o segundo em Nicaragua (2018) e o último na Bolívia (2019). Destacou que a  
258 metodologia utilizada no relatório, consistiu em uma revisão extenuante de todos os fatos dentro do  
259 mandato, com investigações, temas transversais/estruturais e entrevistas. Enfatizou que o relatório  
260 apresenta um contexto, os principais fatos, situações estruturais, direitos vulnerados, planos de  
261 investigação, atenção e reparação integral às vítimas, finalizando com as conclusões que julgaram  
262 importante ao revisar todo o contexto do trabalho realizado. Explicou que finalizaram o relatório  
263 com a inserção de oitenta e cinco recomendações que julgaram necessário e pertinente. Finalizou,  
264 com uma reflexão pessoal sobre sua experiência e visão sobre o contexto advertindo a realidade da  
265 população, povos indígenas, violência na política, falta de institucionalidade, cultura, diversidade  
266 geográfica, racismo para fins políticos e dificuldade no reconhecimento de pluralidade. Agradeceu a  
267 todos e colocou-se à disposição para questionamentos. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa,  
268 considerou o momento suntuoso, agradeceu e enfatizou que o relatório se encontra no *Drive*,

269 disponível para todos. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, refletiu a diferença entre Brasil e  
270 Bolívia e destacou a excepcional semelhança na polarização. Enfatizou a riqueza da síntese e  
271 lembrou quantas pessoas honrosas passaram pela CNDH e que todos os questionamentos em defesa  
272 da democracia acabaram para os duvidosos com a exposição desse relatório. O Conselheiro Marcelo  
273 Chalréo, observou o esforço sintético devido as problemáticas da Bolívia. Questionou ao Sr. Marlon  
274 Alberto Weichert, se no relatório haviam pesquisas relacionadas ao trato dos povos indígenas,  
275 presenciado pelo mesmo no local, e abordou a questão do racismo que estava na raiz da população.  
276 Sinalizou, examinando o surgimento de indícios da participação de outros governos sul-americanos.  
277 Especificou o Brasileiro e Argentino em forma de apoio financeiro e militar, considerando uma  
278 grave violação governamental. O Conselheiro Carlos Vilhena, exaltou a palestra ministrada e a  
279 gratidão pelo compartilhamento da vivência do Sr. Marlon Alberto Weichert com todos do plenário.  
280 A Conselheira Eneida Canedo Guimarães dos Santos, apontou a brilhante exposição e achou  
281 pertinentes as considerações finais de forma pessoal do Sr. Marlon Alberto Weichert. Refletiu que  
282 se em mil oitocentos e vinte e três, quando houve na Amazônia a imposição de adesão ao Brasil, a  
283 Amazônia poderia ser uma terra separada do Brasil devido à forte presença indígena e africanos  
284 escravizados e levando a acontecimentos semelhantes ao da Bolívia. Considerou que Brasil é uma  
285 experiência diferenciada da Bolívia e que esse relatório demonstrou claramente o fracasso do  
286 capitalismo. Questionou ao Sr. Marlon Alberto Weichert, dentro de suas impressões, qual a ligação  
287 concreta dos Estados Unidos com as Forças Armadas dos militares da Bolívia. O Conselheiro  
288 Leandro Gaspar Scalabrin, saudou a todos, refletiu sobre a utilização da metodologia do GIEI no  
289 CNDH, citando Brumadinho (MG) e Mariana (MG), exaltando o formato do relatório, e sugeriu  
290 para o CNDH adotar como modelo enriquecendo o trabalho do conselho. Complementou que seria  
291 impossível fugir da analogia do Brasil e Bolívia e citou alguns momentos no Brasil, que enfatizou  
292 ser preocupante e sugeriu recomendações dentro das instituições para dois mil e vinte e dois com a  
293 contribuição do Sr. Marlon Alberto Weichert. O Presidente Yuri Costa, devolveu a palavra ao Sr.  
294 Marlon Alberto Weichert, para redarguir os questionamentos realizados no debate. O Sr. Marlon  
295 Alberto Weichert, agradeceu o afago, sendo uma satisfação resplandecer esse tema na comissão.  
296 Iniciou em resposta ao questionamento do Conselheiro Marcelo Chalréo, enfatizando que deve  
297 haver cautela na simplificação dessas relações, fazendo comparação aos povos indígenas de  
298 variadas localidades, com diferença em alguns, como rivalidades, e que não possui conhecimento e  
299 não obteve oportunidade de aprofundar nessa abordagem de forma geral. Alertou sobre a afirmação

300 dos povos indígenas como grupos monolíticos, configurando como um mosaico diversificado.  
301 Prosseguiu contrapondo mais um questionamento e afirmou que não haviam mandato para abordar  
302 o tema, pois era um acordo da Comissão Interamericana com a Bolívia e com isso não havia  
303 possibilidade de refletir uma investigação sobre atos de responsabilidade do Equador, da Argentina  
304 e do Brasil. Salientou que não poderia contrapor por não ter conhecimento. Enfatizou seu desvelo  
305 pela população Boliviana e que é um aprendizado progressivo, pois é uma população de baixa  
306 renda, mas não é desigual como o Brasil, o que provoca muita diferença no funcionamento da  
307 sociedade. O Sr. Marlon Alberto Weichert, corroborou com a Conselheira Eneida Canedo  
308 Guimarães dos Santos, ressaltando que não haviam mandato para investigar a participação de  
309 qualquer estado estrangeiro com os fatos na Bolívia, discorreu que existiu uma influência  
310 prolongada dos Estados Unidos devido a DEA (*Drug Enforcement Administration*), houve um lento  
311 afastamento do governo de Evo Morales, que expulsou a organização, não existindo aproximação  
312 das forças de segurança dos Estados Unidos dentro da Bolívia. Ressaltou que os Estados Unidos foi  
313 um dos apoiadores financeiros na parte final do mandato, através de um Grupo de Direitos  
314 Humanos. O Sr. Marlon Alberto Weichert, discorreu abordando o relato do Conselheiro Leandro  
315 Gaspar Scalabrin, refletindo sobre o trabalho do GIEI, pois há diversas soluções serem sanadas e  
316 sinaliza o repúdio aos problemas de justiça brasileiro e que sempre estará disponível para contribuir  
317 com o CNDH. Finalizou refletindo sobre a conexão direta entre democracia e Direitos Humanos e  
318 agradeceu. O Presidente Yuri Costa, corroborou agradecendo em nome do CNDH, o registro de  
319 contribuição do Sr. Marlon Alberto Weichert, e que a comissão é alimentada por pessoas  
320 semelhantes a ele trazendo tamanho conhecimento. Prosseguiu questionando se algum conselheiro  
321 gostaria de fazer alguma inserção, não havendo finalizou o debate. O Presidente Yuri Costa,  
322 discorreu com a pauta com debate e deliberações sobre temas emergenciais. **Análise da Nota**  
323 **técnica - Congresso Nacional e a Sociedade Brasileira: “Com conjunto de propostas visamos**  
324 **fortalecer a LOA (Lei de Orçamento Anual) 2022 como instrumento de enfrentamento da**  
325 **pandemia e suas consequências” - Vice-presidente Darci Frigo:** O Vice-presidente Darci Frigo,  
326 apresentou as convidadas A Sra. Livi Gerbase e a Sra. Luiza Calvette. Apontou a solicitação de  
327 inserir o tema em pauta, e requisitou que as convidadas ministrassem o relato. A Sra. Livi Gerbase,  
328 saudou a todos os presentes, informou que é assessora política no INESC e faz parte da executiva  
329 da Direitos Valem Mais. Ressaltou que a Direitos Valem Mais é uma coalizão de mais de duzentas  
330 instituições, que trabalha especificadamente com pauta orçamentária e a relação com Direitos

331 Humanos. Explanou que foi criada para contrastar com o teto de gastos em dois mil e dezesseis,  
332 mas permaneceu com os trabalhos relacionados ao orçamento, tendo como principal instrumento de  
333 trabalho as Notas Técnicas sempre tentando relacionar com as garantias dos direitos humanos. A  
334 Sra. Livi Gerbase, abordou os objetivos da Nota Técnica e citou a atualização do piso mínimo  
335 emergencial, proposta de emendas para a LOA (Lei Orçamentária Anual) dois mil e vinte e dois e  
336 criar posicionamento sobre outros tópicos da agenda orçamentária. A Sra. Luiza Calvette, discorreu  
337 sobre o piso mínimo emergencial e citou que é necessário interromper a deterioração orçamentária  
338 acelerada das políticas públicas desde dois mil e dezesseis. Refletiu sobre uma queda de  
339 financiamento em todas as áreas sociais e abordou quatro áreas, sendo a educação, saúde, segurança  
340 alimentar e nutricional e Assistência Social, que considerou pertinente. Afirmou que tem ciência da  
341 necessidade de recurso de muitas outras, tendo em vista o momento da pandemia e as  
342 consequências na condição de vida da população. Alertou que foi a partir do teto que surgiu a  
343 coalizão dos Direitos Valem Mais, e para acompanhar a pauta econômica e orçamentária.  
344 Complementou que na educação, a implementação desse piso tem o objetivo de refletir nas metas  
345 do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), estruturar as universidades públicas, levar  
346 em consideração as questões de assistência e principalmente de curso, aluno e qualidade. Sinalizou  
347 o descumprimento desde dois mil e dezesseis, e as condições que a pandemia coloca para volta as  
348 aulas. Prosseguiu enfatizando a queda de investimento na saúde, ao qual o governo utilizou como  
349 argumento a pandemia. Observou a tendência de queda futura de quarenta bilhões, continuou  
350 abordando os critérios para a meta do piso da saúde e que foi utilizado uma base da realidade vivida  
351 atualmente. A Sra. Livi Gerbase, analisou que a elaboração da Nota foi um trabalho colaborativo  
352 com apoio de várias organizações para chegar na conclusão desses apontadores. Abordou sobre a  
353 segurança Alimentar nutricional, no qual utilizou-se quatro bases para chegar à meta como a PAA  
354 (Programa de Aquisição de Alimentos), que se tornou o Alimenta Brasil, as cisternas nas regiões  
355 semiáridas do Brasil, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e os restaurantes  
356 populares. Seguiu analisando as assistências sociais que observaram como base o SUAS (Sistema  
357 Único de Assistência de Assistência Social) e BPC (Benefício de Prestação Continuada). Discorreu  
358 apresentando um gráfico ilustrativo que explana a deterioração de recursos da maioria das políticas  
359 públicas e delineou instituições que lutam contra o desfinanciamento de políticas sociais. Observou  
360 a pertinência das emendas de relator, pela limitação de seu escopo e por mais transparência, as  
361 emendas Pix pela manutenção do veto às transferências diretas das emendas de bancada. A Sra.

362 Luiza Calvette, alertou o perigo do PIX no decorrer do período eleitoral. Finalizou agradecendo e  
363 disponibilizou o conteúdo no *chat*. O Vice-presidente Darci Frigo, corroborou agradecendo as  
364 contribuições e a importância do conselho está ciente sobre essas questões e abre para debate. O  
365 Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior, sugeriu que o CNDH perpetrasse recomendações ao  
366 Congresso Nacional, no sentido de garantir recursos mínimos para o conjunto de áreas sociais  
367 citadas no Relato, assim, compreende pertinente uma manifestação do CNDH antes da votação da  
368 PEC no Congresso Nacional. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, abordou a importância da  
369 transmissão da reunião para que todos possam refletir a tragédia da PEC dos precatórios, que  
370 definiu como uma linguagem complexa em nome do auxílio emergencial e questionou os quarenta  
371 bilhões livres em aprovação da PEC. Enfatizou que não é um discurso ideológico, que a fome está  
372 explícita em um Brasil rico. Justificou a falta de política pública e agradeceu as técnicas que  
373 ministraram o relato e trouxe a importância do tema. Salientou sua contribuição com o processo  
374 juntamente com o Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior, e justificou que a fome não pode  
375 esperar. O Vice-presidente Darci Frigo, observou se o pleno apresentaria mais inserções, caso não  
376 houvessem, o encaminhamento da proposta do Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior seria  
377 realizado e agradeceu as ministrantes. A Sra. Livi Gerbase, declarou a pertinência do comentário do  
378 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, que discordou, justificando que houve uma manobra  
379 utilizando o descontrole da inflação e a importante visão do CNDH nessa questão. A Sra. Luiza  
380 Calvette, citou o esforço coletivo e do empoderamento em conjunto nessa questão e agradece a  
381 contribuição de todos e a oportunidade. O Presidente Yuri Costa, avançou a pauta agradeceu a  
382 presença e a contribuição, finalizando o debate. **Debate sobre convite do MMFDH, para que**  
383 **representantes do CNDH participem da primeira oficina de trabalho no âmbito da Análise da**  
384 **Política Nacional de Direitos Humanos perante colegiados, nos termos do art. 3º, §4º, da**  
385 **Portaria 457, de 10 de fevereiro de 2021, que ocorrerá no dia 07 de dezembro de 2021, às**  
386 **14h30 de forma remota. – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Costa, discorreu solicitando  
387 a contribuição da Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes onde afirmou que o debate se  
388 trata de forma direta a comissão e participação do CNDH. Declarou que a comissão já havia  
389 solicitado um pedido de informações complementares e de integração na oficina, além de  
390 esclarecimentos quanto a alteração ocorrida recentemente na Portaria 457, que cria um grupo de  
391 trabalho do ministério para avaliação da PNDH. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes,  
392 enfatizou o empenho da comissão na Portaria 3661 e no ofício de convite a integração na oficina e

393 citou que está explícito, no ofício, a mesma forma de metodologia para todas as oficinas. Seguiu  
394 explanando Nota aprovada pelo CNDH em fevereiro, esclareceu a posição do CNDH referente ao  
395 questionamento da existência do grupo e abordou várias conferências e trabalhos realizados para  
396 que o GT chegasse em sua ponta. Alegou que a comissão observou que a análise feita pelo CNDH  
397 não foi respeitada e que chegando ao final dos trabalhos dispõe de representantes de conselhos e  
398 aumentam prazos. Justificou que a posição da comissão é devido a não participação no grupo de  
399 trabalho, pois se questionado sua existência não faz nexos tal integração. O Presidente Yuri Costa,  
400 pontuou que o posicionamento da comissão é por não haver retrocessos em qualquer debate  
401 referente ao Plano Nacional de Direitos Humanos e que possuem um histórico muito relevante de  
402 construção do PNDH -3 e solicitou respeito. Referiu-se a portaria enfatizando que não houve  
403 solicitações de implementação e citou um vídeo da Ministra Damares, onde iniciou a fala partindo  
404 da primícia de defasagem do PNDH-3, do longo tempo de existência e a necessidade de atualização.  
405 Prosseguiu afirmando que o CNDH se manifestou discordando dessa primícia e que é um  
406 patrimônio da sociedade brasileira. Professou a pertinência de avaliação e a necessidade de  
407 continuidade de um grupo de monitoramento e manifestou repúdio a debates desenvolvidos sem  
408 ampla participação social e citou que a sociedade tem que caminhar juntamente com a Política de  
409 Direitos Humanos e que o posicionamento não foi modificado. O Conselheiro Everaldo Bezerra  
410 Patriota, arrazoou questionando a atualização de uma política e o sigilo dentro de debates, o que  
411 discorda. Considerou a construção do PNDH um patrimônio e sua aprimoração é realizada  
412 diariamente. Afirmou que a discussão sobre o PNDH deve ser de forma pública e não dentro de  
413 gabinetes. A conselheira Karoline Aires, manifestou-se contribuindo com primícias e citou a análise  
414 Ex-ante, justificando não ser detração na política pública e faz a caracterização da mesma. Saliou  
415 que o fato não é a revisão do PNDH, e sim uma política nacional de forma ampla e que a análise  
416 conta com uma metodologia e que o chamamento do conselho não é circunstancial. Reiterou que a  
417 participação do CNDH é fundamental na construção do processo sendo contraditório o CNDH  
418 retirar-se ao ser convocado. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes, ajustou o discurso  
419 da conselheira Karoline Aires alegando que não se trata de forma ou metodologia de análise e  
420 reiterou ser uma questão política. Alavancou que o CNDH sempre discordou da existência do GT e  
421 não da composição. A Conselheira Eneida Canedo Guimarães dos Santos, refletiu sobre o discurso  
422 dos conselheiros no qual concordou e apoia a posição do CNDH, devido a desqualificação por parte  
423 de pessoas específicas no governo do PNDH-3. Declarou que o conselho compreendeu o caráter

424 paritário, no qual identificou o conselho e a discussão, sendo tudo elaborado de forma explícita com  
425 muita precisão. A Conselheira Karoline Aires, rebateu o discurso da Conselheira Mônica de  
426 Alkmim Moreira Nunes corroborando que a análise Ex-ante está em processo e não se exauriu e que  
427 segue em construção, completou que a política é defendida participando e não se eximindo da  
428 mesma. Repudiou a rejeição de um ato de gestão. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin, rebateu  
429 ao discurso da Conselheira Karoline Aires no sentido que não compactua, como sociedade civil,  
430 com afirmações que o PNDH-3 não opera, depois que implementaram políticas públicas contrária  
431 ao plano. Citou recomendações não cumpridas. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, discordou  
432 da narrativa da conselheira Karoline Aires, afirmando que o CNDH está sendo omissivo. Alegou que  
433 esta imposição é inadmissível. O Presidente Yuri Costa, reiterou a fala do Conselheiro Everaldo  
434 Bezerra Patriota, concordando que o CNDH não se omite de debates referente o PNDH-3. Sugeriu  
435 para o processo de votação, a proposta de participação ou não na Oficina no dia sete de dezembro  
436 de dois mil e vinte e um. Continuou a narrativa, havendo deliberação pela participação mencionou  
437 que será escolhido um conselheiro ou conselheira para estar presente e seguiu complementando se  
438 há por parte do plenário alguma indicação ou encaminhamento a ser feito aos representantes.  
439 Colocou como sugestão para deliberação, caso não haja a presença, que a justificativa seja  
440 formalmente encaminhada ao ministério, para fins de publicidade. O Presidente Yuri Costa, colocou  
441 em processo de votação a proposta pela participação ou não do CNDH para a Oficina no dia 07 de  
442 dezembro para o qual foi convidado pelo MMFDH, sendo aprovada por maioria, a não participação  
443 do CNDH, com o registro dos seguintes votos favoráveis: MMFDH, MJSP. Abstenção: OAB,  
444 SPGR, MMDH, CONAQ, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, ANCED, DPU. **Relato**  
445 **da 5ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Proteção aos Direitos das Pessoas em Situação de**  
446 **Deslocamentos Compulsórios – Conselheira Eneida Guimarães:** A Conselheira Eneida Canedo  
447 Guimarães dos Santos, explanou sobre o lançamento do formulário pelo levantamento dos  
448 deslocamentos forçados em todo território Nacional, explicou para os conselheiros que não estavam  
449 presentes no debate sobre a origem do formulário e citou o nome de todos que estão presente no GT  
450 e seus objetivos. Reiterou questões adversas que causam esses deslocamentos e como o formulário  
451 contribuirá para esse processo. Solicitou a contribuição dos conselheiros e conselheiras para que o  
452 formulário seja encaminhado para o maior número de pesquisadores. O Presidente Yuri Costa,  
453 solicitou a disponibilização do questionário para todos os conselheiros e conselheiras. Questionou  
454 se haveria mais considerações, não havendo comunicou as duas pautas pendentes para o dia

455 seguinte. **Conclusão do 1º dia da 26ª Reunião Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri**  
456 **Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, concluiu sobre a excelência dos debates  
457 acontecidos durante o dia, além das aprovações das demais pautas. registrou o seu agradecimento à  
458 participação de todos, encerrando o 1º dia de reunião. **Abertura do 2º dia da 26ª Reunião**  
459 **Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa,  
460 iniciou o 2º dia de reunião cumprimentando a todos e desejando boas-vindas aos conselheiros e às  
461 pessoas que estão acompanhando a reunião pelas redes sociais. **Informes e orientações gerais –**  
462 **Presidente Yuri Costa:** Informou sobre as pautas pendentes, citou a proposta da Nota Pública  
463 sobre a PEC dos precatórios informando que se encontra disponível a todos. Comunicou que a  
464 Jurista, advogada e ex-subprocuradora da República a Sra. Deborah Duprat foi designada consultora  
465 pelo pleno para a produção de parecer em torno do procedimento de seleção e indicação da  
466 coordenação geral da secretaria executiva do CNDH, anunciou a conclusão do trabalho de  
467 consultoria e a produção de um parecer e registrou que o documento primeiramente será apreciado  
468 pela mesa diretora para sugerir procedimentos para o plenário agradecendo a produção do mesmo e  
469 contribuições. **Informes e deliberações sobre as atividades do Grupo de Trabalho sobre**  
470 **Direitos Humanos e Enfrentamento da Violência Política na Internet – Conselheira Elisabeth**  
471 **Villela Costa:** A Conselheira Elisabeth Villela Costa, informou sobre reunião realizada e que estão  
472 em um processo de repactuação e reconfiguração do GT, sendo o único indicativo a informação de  
473 uma nova reunião no dia vinte e dois de novembro no sentido de planejar atividades para o ano de  
474 dois mil e vinte dois e estendeu o convite a Comissão de Direito das Mulheres e População  
475 LGBTQIA+ e a dos Defensores dos Direitos Humanos para que seja encaminhado uma atividade  
476 conjunta. **Deliberações da 32ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à**  
477 **Liberdade de Expressão – Conselheira Elisabeth Villela Costa:** O Presidente Yuri Michael  
478 Pereira Costa, ressaltou que se trata sobre o parecer produzido acerca da denúncia apresentada pelo  
479 Deputado Daniel Silveira ao CNDH. A Conselheira Elisabeth Villela Costa, comunicou que após a  
480 leitura a comissão manteve-se no que se refere a direito de liberdade de expressão, logo, a comissão  
481 concluiu que o direito a liberdade de expressão não é uma verdade absoluta. Posicionou que  
482 definiram que o parecer não tem fundamento a arguição que o deputado faz a sua liberdade de  
483 expressão. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, declarou que possui uma manifestação da  
484 comissão, de forma que a assessoria do MMFDH solicitou que a votação fosse adiada devido ao  
485 ministério solicitar sua participação. Justificou que essa demanda foi encaminhada pelo ministério e

486 devido a conflito de agenda solicitou o adiamento, não tendo nenhuma oposição da comissão por  
487 parte do plenário. **Informes e deliberações sobre as atividades do Grupo de Trabalho sobre**  
488 **Direitos Humanos e Enfrentamento da Violência Política na Internet – Conselheira Elisabeth**  
489 **Villela Costa:** A Conselheira Elisabeth Villela, destacou que estão atentos e acompanhando a  
490 reapresentação do relatório na Câmara dos Deputados sobre o projeto de combate as *Fake News*.  
491 Discorreu que esse projeto foi aprovado no senado e encaminhado a Câmara com tramitação no  
492 final de dois mil e vinte, mencionou que houve uma pausa e atualmente foi originado um grupo de  
493 trabalho dentro da Câmara que está produzindo um relatório para votação em plenário. Alertou que  
494 esse Projeto de Lei é complexo de compor, justificando a dificuldade de rastreamento de crimes  
495 cibernéticos. Citou o art. 10 que trata da rastreabilidade das mensagens. Solicitou a comissão a  
496 produção de algum parecer para futuramente apresentar a mesa diretora e que possa agregar a  
497 posição do movimento social em relação a essa proposta de regulamentação do crime que se comete  
498 através das redes sociais. **Relato do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e**  
499 **Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em**  
500 **Conflito com a Lei (EAP) – Conselheiro Rogério Giannini:** O Conselheiro Rogério Giannini,  
501 relatou que estão elaborando um relatório final para encerramento das atividades gerais do Grupo de  
502 Trabalho. **Relato da 15ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Cidade - Conselheiro**  
503 **Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior, ressaltou a interligação dos dois  
504 relatos, salientou que estiveram em missão contra o despejo em Manaus e estarão na mesma missão  
505 em Fortaleza. Justificou a interface das duas comissões, pois perceberam que além da falta do  
506 acesso do direito a cidade foi detectado muitas comunidades em situação de pobreza extrema e  
507 muitas famílias excluídas dos programas sociais específicos. Arrazou que juntamente com outras  
508 comissões se organizarão para tratar sobre esse assunto e solicita proposta de recomendação para  
509 que o CNDH possa recomendar ao estado a União e ao Município as violações identificadas e as  
510 futuras. **Relato da Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada -**  
511 **Conselheiro Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior, salientou que  
512 contribuirá com mais informações sobre o Direito Humano à Alimentação na próxima reunião.  
513 Apresentou uma recomendação para o plenário apreciar que recomenda ao Supremo Tribunal  
514 Federal, a apreciação e provimento da Arguição de descumprimento de Preceito Fundamental nº  
515 831, que defende medidas para equacionar ou ao menos minimizar o exponencial aumento da fome  
516 no país. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, iniciou a apreciação da proposta e questiona aos

517 conselheiros se há algum destaque para inserção ou modificação. O Conselheiro Carlos Vilhena,  
518 sugeriu uma modificação na forma final da recomendação, devido à falta de compreensão no que  
519 está sendo de fato recomendado. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, concordou com o  
520 Conselho Carlos Vilhena no sentido de que o pedido não pode ser inovado elaborando outro tipo  
521 de incidência. Alegou que no ponto de vista de atuação institucional seria pertinente, no momento, a  
522 recomendação ser para órgãos do Governo Federal. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior,  
523 ressaltou que concorda com as devidas alterações propostas e pediu desculpas. Solicitou uma  
524 manifestação de uma rápida deliberação de resposta junto ao STF. O Presidente Yuri Michael  
525 Pereira Costa, discorreu que mediante as observações mencionadas pelos conselheiros, sugeriu que  
526 a comissão realize a adaptação no texto e considerou pertinente a observação do Conselho  
527 Everaldo Patriota. Mencionou que após as devidas modificações poderá ser enviado diretamente a  
528 mesa diretora devido ao caráter de urgência. **Nota Pública do Conselho Nacional dos Direitos**  
529 **Humanos em contrariedade à proposta de emenda constitucional N° 23/2021 (PEC dos**  
530 **Precatórios) – Conselho Marcelo Chalhó:** O Conselheiro Marcelo Chalhó, mencionou ser  
531 uma Nota contrária a Nota de emenda constitucional. Alegou seu repúdio em apontamentos  
532 específicos da emenda constitucional que traz prejuízo futuros. O Presidente Yuri Michael Pereira  
533 Costa, impugnou se existe alguma inserção ou complementação por parte do pleno no documento e  
534 não havendo mais nenhuma consideração, colocou-a em processo de votação, sendo aprovada pela  
535 maioria, com os registros dos seguintes votos favoráveis: OAB, SPGR, CONAQ, CUT, PF, FNDC,  
536 ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, UBM, CNPG, ANCED, CONAM, DPU. Abstenção: MRE,  
537 MJSP. **Relato da 3ª Reunião da Comissão Especial sobre Direitos Humanos e Pandemia –**  
538 **Conselheiros Rogério Giannini e Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas, mencionou que  
539 após o último seminário será finalizado um calendário para dois mil e vinte e dois em reunião. O  
540 Presidente Yuri Michael Pereira Costa, relatou sobre um evento, de âmbito internacional, do  
541 lançamento de um relatório técnico sobre a relação de direitos humanos no contexto da pandemia  
542 partindo de um estudo realizado por diferentes instituições e será entregue em Brasília pela  
543 comissão. **Relato da 14ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio ambiente e**  
544 **Direitos Humanos – Conselho Leandro Scalabrin:** O Conselheiro Leandro Scalabrin, destacou  
545 que após anos aos crimes de Mariana (MG) e Brumadinho (MG), que está sendo analisado pelo GT,  
546 para ser formulado uma proposta de recomendação baseada nesses acontecimentos, com diretrizes  
547 gerais para o Setor Mineração, Direitos humanos e Barragens no Brasil. Declarou a produção de um

548 relatório preliminar com uma importante participação do CEDDH- MA. Solicitou a aprovação dos  
549 pareceres técnicos dos consultores que serão enviados aos órgãos públicos e, sendo o outro, um  
550 relatório preliminar do caso da mineração de Aurizona - MA. Sinalizou que os documentos estão  
551 disponíveis para a comissão. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, elogiou a qualidade do  
552 trabalho do GT e a articulação de uma produção complexa. Salientou que se caso aprovado, será  
553 encaminhado na forma de resolução as respectivas recomendações e solicitou a votação em  
554 conjunto dos três documentos. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, colocou em processo de  
555 votação a referida resolução, a qual foi aprovada por unanimidade, estando presentes: OAB, SPGR,  
556 CONAQ, CUT, PF, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, UBM, CNPG, ANCED, CONAM,  
557 DPU, MRE, MJSP. **Relato da 7ª Reunião da Comissão de Litigância Estratégica – Conselheiro**  
558 **Everaldo Patriota:** O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, comunicou que estão com todos os  
559 pedidos, inclusive as emergências atendidas. Mencionou que não houve reunião no mês de outubro.  
560 **Relato da 25ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de**  
561 **Privação de Liberdade – Conselheira Vivian Mendes:** A Conselheira Vivian Mendes, destacou  
562 que a comissão não se reúne a um tempo, mas atualmente estão organizando o calendário de  
563 atividades com os membros da comissão. **Relato e encaminhamentos da 6ª Reunião da Comissão**  
564 **Permanente sobre Segurança Pública e Direitos Humanos – Conselheiro Everaldo Patriota:** O  
565 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, alertou sobre os eventos de Varginha, com casos de morte e  
566 violência, que considera preocupante, sendo necessário uma mudança nessas abordagens. **Relato e**  
567 **encaminhamento da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos**  
568 **Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes**  
569 **Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos**  
570 **Fundiários – conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Ayala Lindabeth Dias Ferreira;**  
571 **conselheiros Leandro Scalabrin e Dinamam Tuxá:** Os Conselheiros e conselheiras apresentaram  
572 um relatório “*Direito de existir e ser quilombola e a violação do direito à consulta e ao*  
573 *consentimento livre prévio e informado no caso do licenciamento da BR386 no Rio Grande do Sul*”  
574 e a apreciação da Recomendação nº XX de 12 de Novembro de 2021. A Conselheiras Sandra Maria  
575 da Silva Andrade, enfatizou que a elaboração do relatório foi em colaboração de toda a comunidade  
576 quilombola Morada da Paz, atentando-se a todos os fatos e considerações do local e leis. A Sra.  
577 Ayala Lindabeth Dias Ferreira, manifestou seu repúdio a violações que os atingem, o temor de  
578 ameaças e de expulsão da própria terra. Salientou que tudo relacionado no relato foi elaborado por

579 todos. Solicitou o direito do seu povo e avisou que estão em guerra para buscar aliados e fazer a  
580 manutenção da garantia de direito. A Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade, sinalizou o  
581 clamor de um povo. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, colocou em processo de votação a  
582 referida resolução, a qual foi aprovada por unanimidade, estando presentes: OAB, SPGR, CONAQ,  
583 CUT, PF, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, UBM, CNPG, ANCED, CONAM, DPU,  
584 MRE, MJSP. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin, relatou sobre o documento que trata do  
585 deslocamento dos quilombolas, citando o Incra- DF. Enfatizou que o documento, **Referendum de**  
586 **Recomendação nº XX de 12 de novembro de 2021: Recomenda a denúncia de todos os fatos**  
587 **ilegais ocorridos direcionado ao Incra-DF para que seja revisado e assistido – Presidente Yuri**  
588 **Costa**. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, colocou a proposta em processo de votação, sendo  
589 aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, SPGR, CONAQ, CUT,  
590 PF, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, UBM, CNPG, ANCED, CONAM, DPU, UNISOL.  
591 Abstenção: MRE, MJSP. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, complementou que acha  
592 lamentáveis as denúncias que chegam de tamanha gravidade. Advertiu que após aprovação é  
593 necessário a comunidade ser assistida progressivamente. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin,  
594 solicitou a votação de uma outra proposta. **Referendum Consultoria Ad Doc Presidente Yuri**  
595 **Costa:** O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin, alegou ser uma solicitação de prorrogação de  
596 mandato para cumprir uma apresentação sobre a pulverização de agrotóxicos. O Presidente Yuri  
597 Michael Pereira Costa, questionou sobre abstenções. Não havendo, colocou em processo de votação  
598 a referida proposta a qual foi aprovada por unanimidade, estando presentes: OAB, SPGR, CONAQ,  
599 CUT, PF, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, UBM, CNPG, ANCED, CONAM, DPU,  
600 MRE, MJSP. **Relato da 25ª Reunião e encaminhamentos da Comissão Permanente Defensores**  
601 **dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais –**  
602 **Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira:** A Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira,  
603 mencionou a apresentação da estruturação do Plano Nacional de Proteção que está sendo construído  
604 e a necessidade de compartilhamento da proposta do plano. Discorreu que ainda não estavam  
605 confortáveis para tal compartilhamento ao debate e que em reunião futura será realizado. Solicitou  
606 mais informações por parte do CNDH para o desdobramento da proposta. **Informes e deliberações**  
607 **da 18ª Reunião da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações**  
608 **Internacionais em Matéria de Direitos Humanos – Vice-presidente Darci Frigo:** O Vice-  
609 presidente Darci Frigo, realizou a primeira atividade de monitoramento, através do resultado, em

610 reunião, onde pela primeira vez o governo apresentou sugestões e através dessas ações a comissão  
611 espera avançar. **Relato da 18ª Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e**  
612 **Saúde Mental – Conselheiro Rogério Giannini:** O Conselheiro Rogério Giannini, citou a missão  
613 no Crato (CE), que será realizada em novembro, de forma presencial. Acrescentou que haverá  
614 horários de visitas, de inspeções e reuniões com a sociedade civil e vítimas da Casa de Acolhimento  
615 Água Viva e com a violência de direito às mulheres. Sinalizou sobre um hospital psiquiátrico,  
616 localizado no Crato (CE), que utiliza de verbas públicas para adquirir equipamentos, além de  
617 usufruir ilegalmente de terreno público, trabalhando em uma reforma psiquiátrica. Mencionou que  
618 estão trabalhando em conjunto com várias comissões e órgãos. **Informes de deliberações da 23ª**  
619 **Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da**  
620 **População LGBTQIA+, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo -**  
621 **Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Eneida Guimarães, Lucileine da Silva Souza e**  
622 **Conselheiro Paulo Mariante:** A Conselheira Eneida Guimarães, mencionou o trabalho da missão  
623 em Crato (CE), e que devido a isso não oportunizaram uma reunião mensal. O Presidente Yuri  
624 Michael Pereira Costa, informou do documento deliberado anteriormente, que o Conselheiro  
625 Getúlio Vargas apresentou um texto propondo a recomendação referente a Nota técnica apresenta  
626 no dia onze de novembro durante a reunião vigente, da coalizão Direito Vale Mais sobre o  
627 orçamento de dois mil e vinte e dois, apresentada pelo Conselheiro Marcelo Chalhó, informou que  
628 solicitou a secretaria executiva a disponibilidade no *Drive*, e sugeriu que verificassem tal  
629 documento. **Relato e encaminhamentos da Comissão Permanente de Direito ao Trabalho, à**  
630 **Educação e à Seguridade Social – Conselheira Virgínia Berriel:** A Conselheira Virgínia Berriel,  
631 reuniu-se com a comissão e tratou questões de retirada de recurso para a ciência, pesquisa e  
632 tecnologia, uma denúncia de uma funcionária da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), PEC  
633 2018 que trata de trabalho infantil e uma recomendação em conjunto com o Conselho Nacional de  
634 Saúde que tratou da portaria que não obriga a trabalhadores se vacinarem. Citou que foi elaborada  
635 uma Nota Pública. **Referendum de Notas Públicas do Conselho Nacional dos Direitos Humanos**  
636 **- CNDH: (i) Nota Pública pelo direito de solicitação, por parte das empresas, de vacina aos**  
637 **trabalhadores.** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa, questionou sobre abstenções. O  
638 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, solicitou alteração no texto do documento. A Conselheira  
639 Virgínia Berriel, registrou e concordou com a alteração. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa,  
640 impugnou objeções. Não havendo, colocou a proposta em processo de votação, sendo aprovada por

641 maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, SPGR, CNPG, UNISOL, CONAQ,  
642 PF, UBM, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, ANCED, CONAN, DPU. Abstenção: MMFDH,  
643 MRE, MJSP. **Referendum de Recomendação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos -**  
644 **CNDH: Rejeição a PEC nº 18, que autoriza o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir**  
645 **dos quatorze anos de idade - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa,  
646 impugnou objeções. Não havendo, colocou a proposta em processo de votação, sendo aprovada por  
647 maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: MMFDH, OAB, CNPG, UNISOL,  
648 CONAQ, PF, UBM, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, ANCED, CONAM, DPU. Abstenção:  
649 SPGR, MRE, MJSP. **Referendum do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH:**  
650 **Recomenda que a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), cumpra com o papel constitucional**  
651 **que lhe foi atribuído através da LEI 11.652 de 07 de abril de 2008 - Vice-presidente Darci**  
652 **Frigo:** A Conselheira Virgínia Berriel, relatou que a denúncia foi estarrecedora para todos e  
653 mencionou no mínimo dez violações a dirigentes sindicais, com retaliações e assédio aos  
654 trabalhadores. O Vice-presidente Darci Frigo, impugnou objeções. Não havendo, colocou a  
655 proposta em processo de votação, sendo aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos  
656 favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, CONAQ, FNDC, ANAB, UBM, CFP, ANCED,  
657 SPGR, PF, DHESCA BRASIL, DPU. Abstenção: MMFDH, MFE, MJSP. A Conselheira Virgínia  
658 Berriel, relatou sobre uma missão com o CNDH, realizada em Boa Vista (RR) e Pacaraima (RR)  
659 com visitação no abrigo Pintolândia que abriga quatrocentos indígenas e mencionou que solicitaram  
660 através de um documento o direito de permanecer no local, ao qual foi encaminhado para os órgãos  
661 devidos. Mencionou visitas a arquidioceses, terrenos e outros abrigos que se encontram em situação  
662 precária. Refletiu sobre a comunidade ser assistida por mais entidades e fiscalização. **Referendum**  
663 **de Recomendação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH: Considerando a**  
664 **Nota Técnica da Coalizão o Direitos Valem Mais sobre o orçamento de 2022 - Vice-presidente**  
665 **Darci Frigo:** O Vice-presidente Darci Frigo, impugnou objeções. O Conselheiro Everaldo Bezerra  
666 Patriota, solicitou alterações no texto da Nota. O Vice-presidente Darci Frigo, sugeriu fazer o  
667 encaminhamento como recomendação do item 01 da nota. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura  
668 Júnior, concordou com a solicitação. O Vice-presidente Darci Frigo, impugnou objeções. Não  
669 havendo, foi aprovada por unanimidade e registrada, para o Congresso Nacional, estando presentes:  
670 OAB, SPGR, CONAQ, CUT, PF, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, UBM, CNPG,  
671 ANCED, CONAM, DPU, MRE, MJSP. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, narra a conclusão

672 do parecer da Clínica IDH/UFRJ e o considera aprovado. A conselheira Karoline Aires, destacou  
673 que será analisada a conclusão da denúncia. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin, concluiu que  
674 a votação em questão se detém em arquivamento ou não da denúncia, baseando-se em sua  
675 conclusão. O Conselheiro Carlos Vilhena, sinalizou o foco na análise do parecer, e discorreu na  
676 leitura do documento, e alavancou que é impossível o CNDH considerar algo sem conhecimento,  
677 sendo verificado somente a parte que lhe cabe. A conselheira Karoline Aires, manifestou que o  
678 documento deve ser analisado por outra comissão. **Referendum Recomenda o arquivamento do  
679 parecer produzido acerca da denúncia apresentada pelo Deputado Daniel Silveira ao CNDH -  
680 Vice-presidente Darci Frigo:** O Vice-presidente Darci Frigo, impugnou objeções. Não havendo,  
681 colocou a proposta em processo de votação, sendo aprovada por maioria, com o registro dos  
682 seguintes votos favoráveis: FNDC, UNISOL BRASIL, CONAQ, UBM, CUT, ANAB, PF, DPU,  
683 SPGR, OAB, CNPG, CFP, DHESCA BRASIL, ANCED. Abstenção: MFMDH. **Relato da 17ª  
684 Reunião do Grupo de Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos -  
685 Conselheira Eneida Guimarães:** A Conselheira Eneida Canedo Guimarães dos Santos, relatou que  
686 a rede programa dois encontros anuais e desde a pandemia acontece remotamente, e existe uma  
687 proposta para um encontro presencial futuramente e necessita do apoio do plenário para  
688 contribuição para a organização das seguranças sanitárias para que se realizasse a reunião. O Vice-  
689 presidente Darci Frigo, aconselhou a rede elaborar a proposta para tal organização. O Conselheiro  
690 Carlos Vilhena, mencionou a disponibilidade do MPU em agregar na questão que trata a migração  
691 Venezuelana em Roraima e Amazonas. Alertou a necessidade de o relatório conter um pedido de  
692 aporte orçamentário a operação acolhida por parte do Governo Federal e agregar os Estados e  
693 municípios de Roraima. **Conclusão e Encerramento da 26ª Reunião Extraordinária do CNDH -  
694 Vice-presidente Darci Frigo:** O Vice-presidente Darci Frigo, registrou o seu agradecimento à  
695 participação de todos, finalizando a 26ª Reunião Extraordinária do CNDH.